

FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE
CIVIL

Valquiria Gama Nascimento

PROBLEMA:

**Baixa participação dos agentes culturais nas decisões da Secretaria Municipal
de Cultura de São Paulo**

ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA:

SMC – Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Especialização Estado, Políticas Públicas e Gestão de Entidades da Sociedade Civil, pela Fundação Santo André.

Monitora: Isabella Jinkings

Santo André

2016

Sumário

1. Indicação da situação-problema e Fluxograma explicativo	1/1
Situação Problema	1/1
Fluxograma Explicativo	3/1
2. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos	1/2
3. Árvore do problema	1/3
4. Plano de Ação	1/4
5. Análise de Atores	1/5
6. Análise de Riscos e Fragilidades	1/6
7. Considerações Finais	1/7
8. Referências bibliográficas	1 /8

1. Indicação da situação-problema e Fluxograma explicativo

Situação Problema

O problema selecionado é “Baixa participação dos agentes culturais nas discussões da Secretaria Municipal de Cultura” Esse problema é relevante, porque, garantir os bens e direitos culturais a todos os cidadãos, independente de sua classe social, está na nossa constituição: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. (Constituição Federal, capítulo III, artigo 215)

Por muitos anos, tentou-se dar acesso a esse direito à cultura à população, mas de maneira imposta. O Estado se considerava o detentor de instrumentos capazes e eficaz em levar atividades culturais para todo país. Essa proposta partia de gabinetes que diziam o que era melhor para aquela população. O que ocorre é que esse processo de “democratização” dos bens culturais ignorava todo o acúmulo que o chamado cidadão não erudito, que não era formado nas universidades, adquirira por toda a sua vida. Costumes, cantos, comida, enfim, um conjunto rico de repertórios até então ignorado pelo Estado.

Por conta disso foi criado em maio de 2012, pelo decreto nº 7.743, a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC) no Ministério da Cultura. Seu objetivo era fortalecer o protagonismo cultural da sociedade brasileira. Tentando reconhecer a importância desse bem cultural regional e popular. De 2012 para cá, houve a implantação da Lei Cultura Viva. O desafio do Estado, dessa forma, é de implantação desta lei, de modo que o protagonista desse processo seja os grupos e coletivos culturais, e não o Estado. Proporcionar condições para que esses cidadãos tenham direitos não só de consumir cultura, e não somente a que o Estado propõe, mas que também produzir e difundir a sua produção cultural. E a pergunta que fica é: cultura, só o é de fato, quando o Estado a reconhece como tal? E, para isso, os grupos teriam que fazer parte de projetos estatais? Quais os encaminhamentos das políticas públicas de cultura do Estado para essa democratização? Até que ponto o Estado pode interferir nesse diagnóstico para determinar o que é cultura? Gostaria, portanto, de aprofundar minha pesquisa para essa questão, e de que forma a

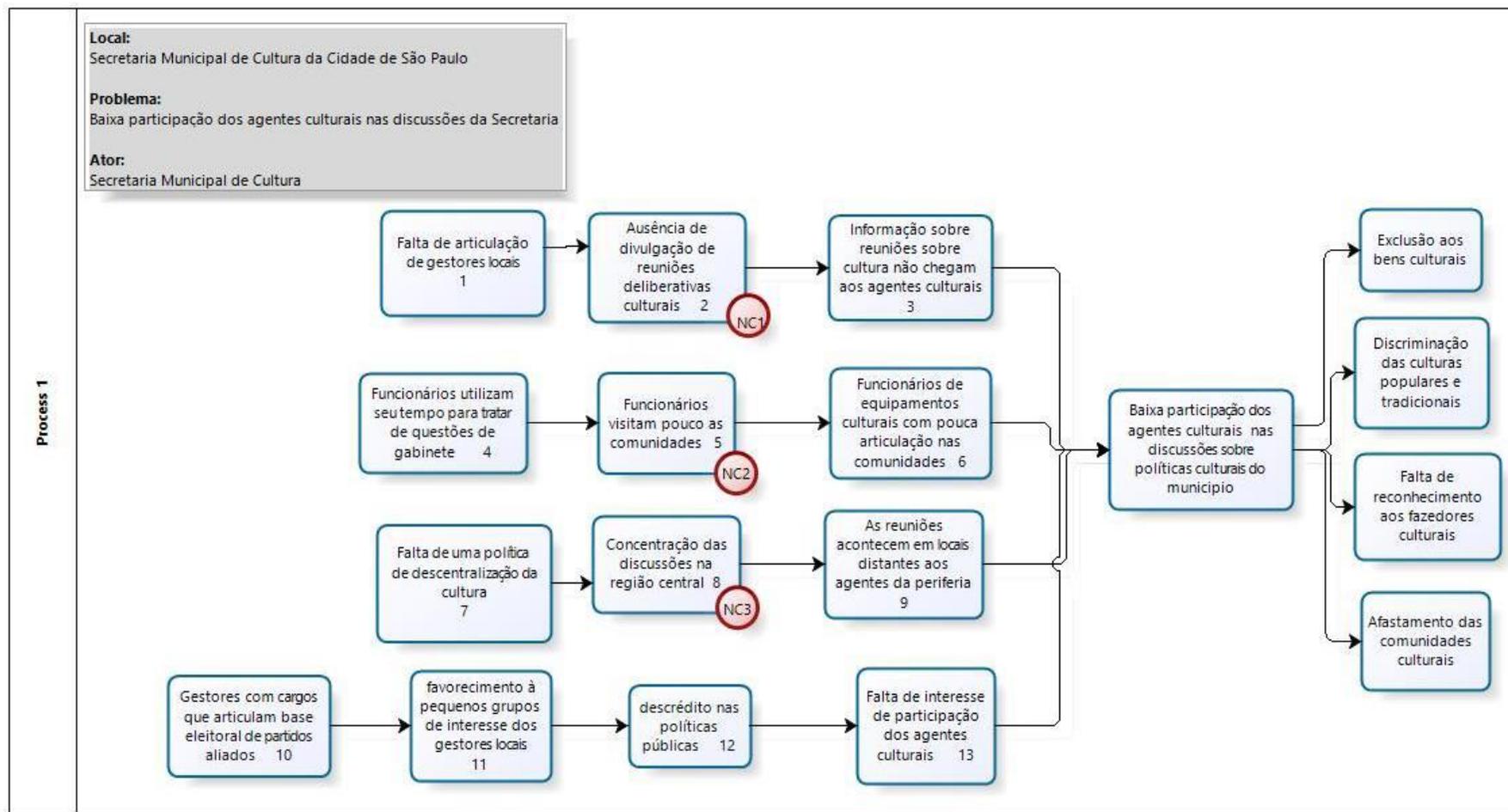
Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo pode reverter o quadro de baixa participação dos agentes culturais nas discussões sobre cultura.

Principais efeitos e riscos político-administrativos, sociais ou econômicos que a existência e continuidade do problema escolhido acarretam:

- 1 - Exclusão aos bens culturais;
- 2 – Discriminação das culturas populares e tradicionais;
- 3 – Falta de reconhecimento aos fazedores culturais;
- 4 – Afastamento das comunidades culturais.

Fluxograma

Explicativo



2. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos

2.1 – Sobre a Cidadania cultural

Para entender de melhor forma a abordagem da situação problema desse TCC: “Baixa participação dos agentes culturais nas discussões da Secretaria Municipal de Cultura”. É necessário que se faça uma revisão desse conceito até chegar nas políticas públicas de cultura na cidade de São Paulo, nesse contexto, **Miller (2011)** diz que os últimos 2000 anos se deram ao redor de diferentes esferas de cidadania, que embora se entrelacem temporalmente também possuem seus momentos históricos marcados. Essas esferas seriam: (1) a ciência política clássica concedia a representação ao cidadão através do Estado, permitindo a esse a residência em território nacional e o direito ao voto; (2) o Estado moderno passa a garantir também condições mínimas para a vida, através dos direitos ao trabalho e à prosperar economicamente, nisso se reflete a acesso aos bens de consumo; (3) já uma terceira fase de cidadania, a cidadania cultural, contemplaria os direitos de saber e de falar. Portanto, três pontos importantes são estabelecidos para o exercício da cidadania: a representatividade, ter uma pátria a qual possa votar e ser votado; trabalho e bens de consumo, através de políticas de geração de emprego e renda; o direito de não só de se expressar, mas de saber. O terceiro item citado por Miller, é o que nos interessa no contexto desse trabalho: a cidadania cultural.

Segundo Stevenson, Cidadania cultural é um conceito emergente, por essência interdisciplinar, que traz para a responsabilidade da política questões de reconhecimento e respeito, responsabilidade e prazer e visibilidade e marginalização (STEVENSON, 2003). Então, não basta só falar, é preciso construir um “saber”, e não basta só saber, é necessário uma fala imbuída de informação e diálogo. Nesse contexto, qual o papel do poder público?

No município de São Paulo, a gestão público deu um grande passo para o entendimento do papel do estado em relação as políticas de cidadania cultural. Durante a gestão da prefeita Luiza Erundina de 1989 – 1992, a filósofa Marilena Chauí, como Secretaria Municipal de Cultura, foi fundamental para a construção de diretrizes e caminhos referências na gestão cultural com base na cidadania. Segundo Chauí (2006) as políticas públicas culturais operaram no Brasil com uma lógica de clientelismo individual ou das corporações artísticas que enxergavam o

Estado como um “grande balcão” de subsídios e patrocínios financeiros. A experiência de cidadania cultural veio em oposição a essas práticas, com perspectiva de construir uma nova forma de atuação da Prefeitura de São Paulo. A cultura não é mais vista como belas artes, o sentido de cultura agora é o antropológico, mais amplo em valores, ideias e comportamentos, de forma que todos os indivíduos e grupos são sujeitos culturais. Há ainda a desconstrução da polaridade entre cultura popular e de elite e a compreensão de que a diferença na ação cultural se dá entre a experimentação inovadora e crítica, sendo que ambas podem manifestar-se na cultura popular ou de elite. Cabe também ao Estado reforçar o caráter público da ação cultural estimulada pelo Estado, abrindo espaço para campos que não sejam submetidos ao poderio dos padrões fixados pela mídia.

- Direito de acesso e de fruição dos bens culturais por meio dos serviços públicos de cultura (bibliotecas, arquivos históricos, escolas de arte, cursos, oficinas, seminários, gratuidade dos espetáculos teatrais e cinematográficos, gratuidade das exposições de artes plásticas, publicação de livros e revistas etc.), enfatizando o direito à informação, sem a qual não há vida democrática;
- Direito à criação cultural, entendendo a cultura como trabalho da sensibilidade e da imaginação na criação das obras de arte e como trabalho da inteligência e da reflexão na criação das obras de pensamento; como trabalho da memória individual e social na criação de temporalidades diferenciadas nas quais indivíduos, grupos e classes sociais possam reconhecer-se como sujeitos de sua própria história e, portanto, como sujeitos culturais.
- Direito a reconhecer-se como sujeito cultural, graças à ampliação do sentido da cultura, criando para isso espaços informais de encontro para discussões, troca de experiências, apropriação de conhecimentos artísticos e técnicos para assegurar a autonomia dos sujeitos culturais, exposição de trabalhos ligados aos movimentos sociais e populares.
- Direito à participação nas decisões públicas sobre a cultura, por meio de conselhos e fóruns deliberativos nos quais as associações artísticas e intelectuais, os grupos criadores de cultura e os movimentos sociais, através de representantes eleitos, pudessem garantir uma política cultural distanciada dos padrões do clientelismo e da tutela. (CHAUÍ, 1995:82).

Sobre os avanços na articulação de políticas de cidadania cultural, é inegável a importância da III Conferência Municipal de Cultura, realizada em 2013. Ao todo, 482 pessoas, representantes da sociedade civil e poder público, participaram das discussões de propostas para o aprimoramento das políticas públicas no âmbito municipal, estadual e federal. A conferência foi precedida de outros quatro encontros regionais na cidade. Uma bem sucedida experiência de descentralização de discussões, a qual 750 pessoas participaram das discussões. Dentre as propostas

votadas na conferência, destaco as citadas abaixo, pois apontam para uma implementação de uma política de descentralização e participação popular.

Eixo I – 82 votos - Implantar o Conselho Municipal de Cultura, garantindo um fundo para sua manutenção, com caráter deliberativo e maioria de representantes da sociedade civil, constituído por colegiados regionais, setoriais e de usuários da cultura, mediante ampla consulta por parte da Secretaria Municipal de Cultura sobre a composição e forma de ingresso nos colegiados de modo a garantir a diversidade de linguagens e segmentos, sendo atribuição do conselho promover o debate sobre o orçamento participativo da cultura.

Eixo III – 71 votos - Valorização, regulamentação e investimentos em artistas locais. Reconhecimento e inclusão de grupos e manifestações culturais tradicionais, grupos socialmente discriminados como funk, hip hop, forró e samba e grupos amadores reconhecidos pela comunidade na lei de patrimônio imaterial da cidade. Além de criar um selo de reconhecimento destas manifestações para que o poder público garanta sua efetiva realização.

Eixo III – 59 votos - Mapeamento colaborativo da produção cultural e dos espaços culturais públicos e privados, com perfil e programação dos espaços, artistas, grupos e coletivos. Criação de interface única de acesso ao mapeamento e agenda, com criação de API para integração a redes sociais, sites externos e aplicativos. Com base no mapeamento, implementação de zonas ou distritos culturais pelas 5 zonas da cidade. Treinamento e capacitação de artistas e gestores para inserção e manutenção do conteúdo do mapeamento e agenda.

Eixo IV – 57 votos - Investir em coletivos e artistas regionais, por meio da descentralização dos recursos exclusivos para a cultura e ação direta da população, desenvolvendo cotas para artistas de baixa renda.

Eixo IV – 181 votos - Mapear e regularizar os espaços públicos, privados (e/ou tombados) ociosos, para serem ocupados e revitalizados por grupos culturais, com fins de utilização, através de concessão de uso, desapropriação ou instrumento jurídico pertinente.

Eixo II – 119 votos - Promover a democratização da cultura digital incluindo o fomento para a criação e a manutenção de: rádios e televisões comunitárias, web rádios e web TVs comunitárias; e a descentralização da produção da informação. Ampliar também o circuito de produtos audiovisuais não comerciais, criando cotas para sua exibição em televisões de concessão pública, em transportes públicos e outros meios.

Eixo IV – 106 votos - Criar políticas de desenvolvimento territorial em que a cultura seja o elemento chave; valorizando iniciativas comunitárias, periféricas, tradicionais e representativas da diversidade das regiões; que integre as áreas ambiental, gastronômica e cultural; levando em consideração as vocações locais e regionais, a igualdade de oportunidades para produtores (as) de culturas populares, negras, indígenas, surda, LGBT, e valorização de trocas intergeracionais.

Nessa perspectiva, as políticas municipais de cultura apontam para uma política de diálogo e cidadania. Apesar desse interessante encaminhamento, ainda há uma baixa participação dos agentes culturais nas discussões sobre políticas públicas da cidade. Há um especial distanciamento quando o gestor local de cultura, como o

Supervisor de Cultura das subprefeituras, não é um agente cultural participante das discussões locais, sendo indicado por um vereador para interesses políticos de seu gabinete e não da região. Quanto maior o distanciamento, menor é a informação que esses agentes culturais terão dos avanços ligados à cidadania cultural do município. Sobre a comunicação externa institucional, a Comunicação Externa é todo o esforço de divulgar ações e decisões da instituição pública para o cidadão. No caso de organizações governamentais a motivação não é exclusivamente a intenção de divulgar para garantir bom conceito de imagem, mas é principalmente um dever dar satisfações sobre a forma como as ações estão sendo conduzidas (SÁ, 2013 - cap.7). Dessa forma, a proposta é de implementar ações de descentralização das reuniões sobre cultura, criando uma aproximação e ambiente propício ao diálogo com as comunidades culturais, e informando os encaminhamentos atuais da gestão pública.

Nós explicativos:

1 – Falta de articulação dos gestores locais, que leva a, 2- ausência de divulgação de reuniões deliberativas culturais, 3 – informações sobre reuniões de cultura não chegam aos agentes culturais;

4 – Funcionários utilizam seu tempo para tratar de questões de gabinete, já que estão em um cargo político por indicação de vereador, 5 – funcionários visitam pouco as comunidades, ou sejam, ficam mais tempo em seus gabinetes, 6 - funcionários de equipamentos culturais com pouca articulação nas comunidades;

7 – falta de uma política de descentralização cultura, 8 – concentração das discussões na região central, 9 – as reuniões acontecem em locais distantes aos agentes das periferias;

10 – gestores com cargos que articulam a base eleitoral de partidos aliados, 11 – favorecimento de pequenos grupos de interesse dos gestores locais, 12 – descréditos, por parte dos agentes culturais, nas políticas públicas de cultura, 13 – falta de interesse de participação dos agentes culturais.

É nesta condição de interesse que emerge o papel dos partidos políticos, dos movimentos sociais, conselhos de direitos e a própria sociedade que elege os seus representantes. Os conflitos são expostos e clarificados ou obscurecidos de acordo

com os lobbys realizados pelas partes. Neste aspecto, quando a gestão municipal está submetida ao interesse das elites locais, passa a ser orientada por um único projeto de desenvolvimento. Tal projeto é baseado em dois elementos: “o uso privado dos equipamentos e serviços públicos em proveito próprio e de seus pares e a manutenção de seu eleitorado cativo” (Ramos, 2002, p. 116).

Os três nós críticos, foram escolhidos por satisfazerem as condições básicas para isso.

São **centros práticos de ação**, ou seja, o ator em questão, a Secretaria Municipal de cultura, pode atuar diretamente neles, sem que pra isso tenha que recorrer às suas causas. Se resolvidos, terão **alto impacto** no problema declarado e são **centros oportunos de ação política**, a sua ação é politicamente viável e há uma relação custo-benefício favorável.

No NC1 – *ausência de divulgação nas comunidades periféricas*: a ação da Secretaria deve ser de uma reorganização na forma de divulgação das reuniões sobre cultura, para isso há a necessidade de realizar uma divulgação através de cartazes e panfletos, visitas, criação de eventos em redes sociais e *mailing*. A resolução deste problema terá alto impacto no problema declarado, podendo aumentar a participação de agentes culturais que não ficam sabendo das reuniões. Há um baixo custo de investimento, em material gráfico, para uma contrapartida interessante.

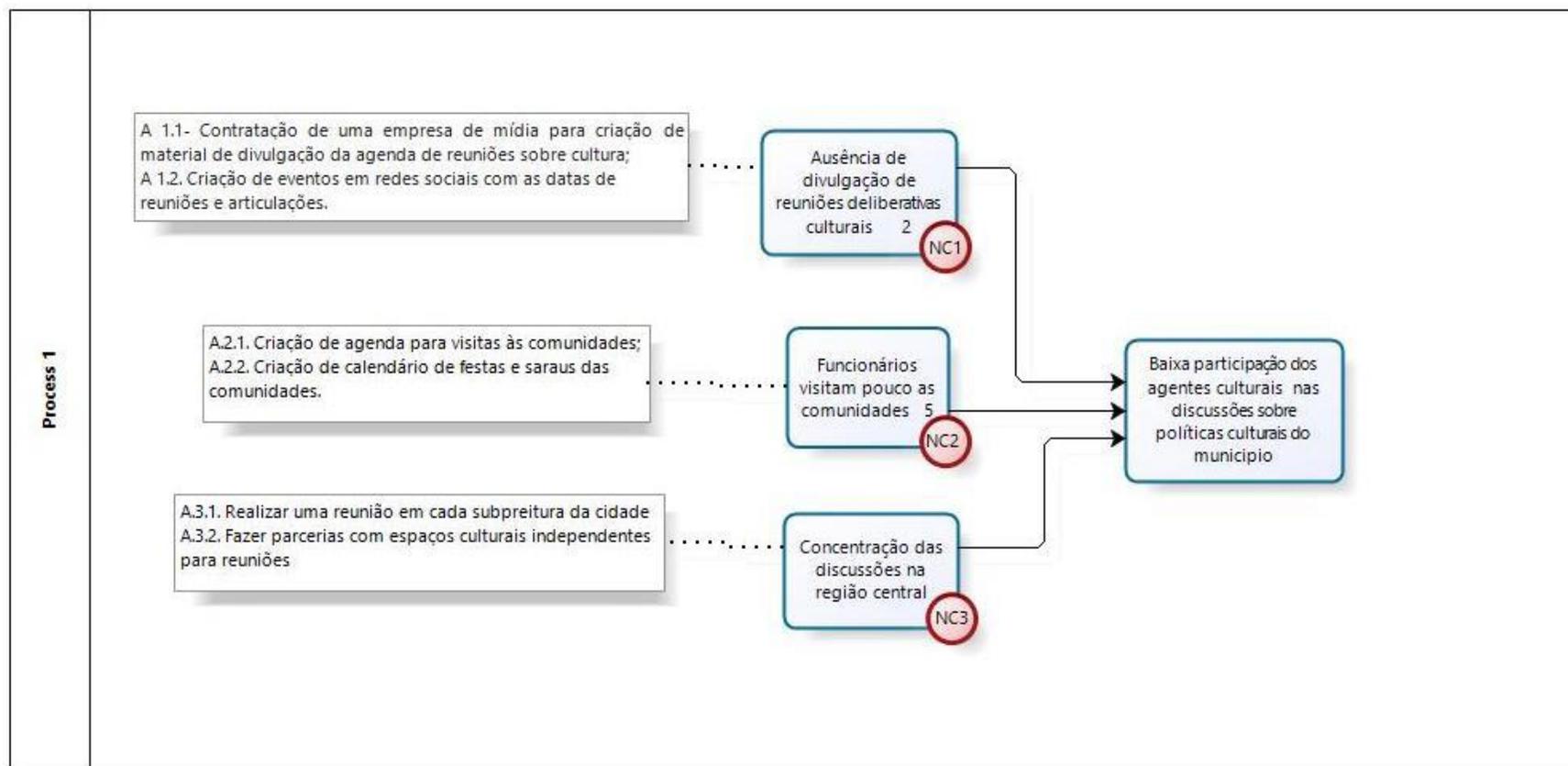
No NC2 – *Funcionários visitam pouco as comunidades*: É necessário que se estabeleça uma agenda interna e externa dos funcionários. Um equilíbrio entre as funções burocráticas e as de campo. Para isso, agendar visitas em comunidades culturais e espaços alternativos, também é um ponto prático de ação. Haverá um alto impacto e é um centro oportuno de ação política porque, através do “corpo a corpo”, os agentes culturais sentirão o interesse do estado nas causas populares.

No NC3 – *Concentração das discussões na região central*: a solução encontrada é a de realizar uma reunião em cada subprefeitura. A cidade de São Paulo possui 32 subprefeituras as quais poderiam ceder seus auditórios e salas para essas reuniões. Pela quantidade de reuniões, e não tendo funcionários suficientes para organizá-las, essa tarefa ficaria incumbida ao supervisor de cultura da subprefeitura, juntamente

com coordenadores de Casas de Cultura que se localizam nas subprefeituras. Da mesma forma essa ação une: centro prático de ação, alto impacto e centro oportuno de ação política.

Para Kingdom (2007) a primeira etapa de uma ideia em seu percurso rumo à política pública é sua entrada na agenda pública, ou seja, quando essa integra “a lista de temas ou problemas que são alvo em um dado momento de séria atenção tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades” (KINGDOM, 2007:222). Portanto, se faz necessário a inclusão dessas demandas regionais na agenda pública da Secretaria Municipal de Cultura.

3. Árvore do problema



3.1. PAINEL 1 - Árvore de problemas

Nó crítico	Ações	Resultado das ações
NC 1 – <i>ausência de divulgação de reuniões deliberativas culturais</i>	A 1.1 - Contratação de uma empresa de mídia para criação de material de divulgação da agenda de reuniões dobre cultura; A 1.2 – Criação de eventos em redes sociais com as datas de reuniões e articulação.	Maior participação das comunidades e agentes culturais nas reuniões sobre cultura
NC 2 – <i>Funcionários visitam pouco as comunidades</i>	A.2.1 – Criação de agenda para visitas nas comunidades; A.2.2 – Criação de calendário com a programação cultural.	Maior participação das comunidades e agentes culturais nas reuniões sobre cultura
NC 3 – <i>Concentração das discussões na região central</i>	A.3.1 – Realizar uma reunião em cada subprefeitura da cidade; A.3.2 – Fazer parcerias com espaços culturais independentes.	Descentralização das reuniões sobre cultura, possibilitando a participação de moradores das periferias da cidade

4. Plano de Ação

PAINEL 2.1

NC 1 – ausência de divulgação nas comunidades periférica

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
A 1.1- Contratação de uma empresa de mídia para criação de material de divulgação da agenda de reuniões sobre cultura;	A1.1.1 – elaboração e publicação de edital para contratação de empresa de mídia; A1.1.2 – contratação de empresa; A 1.1.3 – Reunião de criação de material e estratégia de divulgação; A 1.1.4 – Criação de agenda de reuniões sobre cultura.	- comissão de análise de edital para formatação; R\$ 100.000,00 contrato com empresa;	3 meses	Setor de licitações da PMSP
A 1.2. Criação de eventos em redes sociais com as datas de reuniões e articulações.	A 1.2.1 – Reunião com o departamento de comunicação da Secretaria da Cultura; A 1.2.2 – Estratégia de divulgação em redes sociais como: criação de página no <i>facebook</i> e eventos;	Equipe de comunicação da SMC/PMSP	1 mês	Setor de Comunicação da PMSP

PAINEL 2.2

NC 2 – Funcionários visitam pouco as comunidades

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
A.2.1. Criação de agenda para visitas às comunidades;	A.2.1.1 – Reunião de equipe de técnicos da Secretaria para criação de agenda; A.2.1.2 – Estudos regionais de articulação das comunidades e suas características nas regiões da cidade;	Equipe técnica SMC/PMSP; acesso ao cadastro de comunidades culturais do núcleo de cidadania	1 mês	Técnicos do Núcleo de Cidadania Cultural da Secretaria de Cultura da PMSP
A.2.2. Criação de calendário de festas e saraus das comunidades.	A.2.2.1 – Levantamento de calendário de festas e eventos culturais das comunidades; A.2.2.2 – Criação de um calendário oficial de cultura da cidade de São Paulo em parcerias com as comunidades da cidade.	Equipe técnica SMC/PMSP; acesso ao cadastro de comunidades culturais do núcleo de cidadania	1 mês	Técnicos do Núcleo de Cidadania Cultural da Secretaria de Cultura da PMSP

PAINEL 2.3

NC 3 – Concentração das discussões na região central

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
A.3.1. Realizar uma reunião em cada subprefeitura da cidade	A.3.1.1 – Estabelecer contato com os subprefeitos e supervisores de cultura das 32 subprefeituras da cidade; A.3.1.2 – Agendar reuniões em cada subprefeitura.	Equipe técnica SMC/PMSP	2 meses	Técnicos do Núcleo de Cidadania Cultural da Secretaria de Cultura da PMSP
A.3.2. Fazer parcerias com espaços culturais independentes para reuniões públicas.	A.3.2.1 – Realizar levantamento dos espaços culturais independentes da cidade de São Paulo; A.3.2.2 – Realizar parcerias com esses espaços, levantando as necessidades para a realização de suas atividades, convidando-os para reuniões.	Equipe técnica SMC/PMSP; valor de transporte para visitas	2 meses	Técnicos do Núcleo de Cidadania Cultural da Secretaria de Cultura da PMSP

5. Análise de Atores

PAINEL 3.1

Ação 1.1 - Contratação de uma empresa de mídia para criação de material de divulgação da agenda de reuniões sobre cultura;

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretaria Municipal das Finanças	Financeiro	Orçamento	Liberação de verba	Não liberar a verba	Reuniões técnicas comprovando de onde pode vir o recurso
Setor de licitações	Financeiro	Limite orçamentário	Publicação de licitação e liberação de verbas	Atraso na publicação de edital	Reuniões técnicas comprovando de onde pode vir o recurso
Empresa de mídia	Cognitivo	Não compreender a proposta feita	Cumprir contrato de forma satisfatória	Não cumprimento de contrato	Realizar acompanhamento técnico

PAINEL 3.2

Ação 1.2 - Criação de eventos em redes sociais com as datas de reuniões e articulações.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Setor de Comunicação	Comunicação em mídias sociais	Falta de interação	Divulgar reuniões através das redes	Erro nas informações	Reuniões técnicas com agenda de divulgação
Técnicos do Núcleo de Cidadania Cultural da Secretaria de Cultura da PMSP	Contato com as comunidades culturais	não divulgar informações	Realizar agenda de ações	Não cumprir prazo para a realização de agenda	Reuniões técnicas com agenda de divulgação

PAINEL 3.3

Ação 2.1 - Criação de agenda para visitas às comunidades;

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Comunidades	Agentes culturais	Falta de confiança no poder público	Participar das reuniões	Não ter interesse nas reuniões	Visitas, telefonemas, reuniões
Subprefeituras	Rede de contatos	Poucos contatos com as comunidades culturais	Ser ponte para a relação com as comunidades	Ter uma relação ruim com as comunidades	Reuniões explicando a importância da propostas
Funcionários Secretaria	RH	Falta de funcionários	Execução das atividades	Não comprometimento com as atividades	Reuniões mostrando a importância do empenho da equipe

PAINEL 3.4

Ação 2.2 – Criação de calendário de festas e saraus das comunidades.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Comunidades	Agenda cultural		Fornecer informações das datas de eventos culturais	Não fornecer as datas	Reuniões relatando a importância da agenda municipal de cultura
Funcionários	RH	Falta de funcionários	Execução das atividades	Não comprometimento com as atividades	Reuniões mostrando a importância do empenho da equipe

PAINEL 3.5

Ação 3.1 - Realizar uma reunião em cada subprefeitura da cidade

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Subprefeituras	Contatos das comunidades e espaço para as reuniões	Não ter uma boa relação com as comunidades	Colaborar na agenda de reuniões	Não colaborar na agenda de reuniões	Reuniões explicando a importância da proposta
Comunidades	Agentes culturais	Não ter relação e confiança com o poder público	Participar das reuniões	Boicotar e fazer campanha com as demais comunidades para que não compareçam	Reuniões explicando a importância da proposta
Funcionários	RH	Falta de funcionários	Execução das atividades	Não comprometimento com as atividades	Reuniões mostrando a importância do empenho da equipe

PAINEL 3.6

Ação 3.2 – Fazer parcerias com espaços culturais independentes para reuniões públicas.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Grupos culturais	Espaços independentes de cultura	Não ter espaços que comportem uma reunião	Receber e ajudar a organizar as reuniões	Não participar e boicotar a proposta	Visitas, conversa estabelecendo uma relação de confiança
Funcionários	RH	Falta de funcionários	Execução das atividades	Não comprometimento com as atividades	Reuniões mostrando a importância do empenho da equipe

6. Análise de Riscos e Fragilidades

PAINEL 4

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por exemplo: efeitos sociais ou ambientais)?	Não, acredito que as ações são tentativas de reverter o quadro de afastamento das comunidades culturais na relação com o poder público.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Sim, no caso da licitação para a contratação de uma empresa de comunicação. Caso não haja uma dedicação nesse tema, como um erro na contratação, poderia acontecer um efeito jurídico negativo. Além de uma quebra de confiança dos grupos culturais. Nos aspectos técnicos, erro no levantamento das demandas e a falta de colocar soluções para as mesmas, podem causar um efeito negativo.
3 – Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que se pode ser feito para prevenir ou corrigir?	A relação com as subprefeituras. Há muitas reclamações sobre as ações das subprefeituras na cidade, principalmente na questão da cultura. O que se pode fazer é estabelecer uma relação próxima de organização das reuniões nas 32 subprefeituras. Principalmente com o Supervisor de Cultura, que é um cargo político indicado por

	vereadores da base aliada da gestão municipal.
4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	Um planejamento eficaz de uma agenda de reuniões, e suas respectivas etapas. O aspecto da comunicação interna, com a equipe, será fundamental para a implementação das propostas. Há a necessidade de ter uma equipe afinada e com habilidade de diálogo nos setores da cultura.
5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Sim. Há a dependência da liberação da verba para licitação de empresa de comunicação. Mas em sua maioria o recurso se concentra no material humano.

7. Considerações Finais

A relação entre Estado e população sempre sofreu ruídos em sua comunicação. Essa comunicação, vem da prática governamental do diálogo com os diversos setores culturais. Os agentes culturais das regiões mãos periféricas da cidade, sempre foram os mais prejudicados nesse sentido, pela distância geográfica da gestão pública de cultura. A representatividade cultural que há nas 32 subprefeituras no entanto, não atendem a demanda da necessidade de comunicação, informação, e articulação regional desses agentes culturais, e, na maioria das vezes, esses gestores regionais estão à disposição de questões estritamente partidárias, já que representam os vereadores que por eles foram colocados nesses cargos. Vale lembrar que esses gestores nem sempre são da área da cultura e de movimentos culturais. Sua falta de representatividade distancia cada vez mais os agentes culturais das regiões, pois não observam um mecanismo de comunicação e reconhecimento nesses gestores.

É necessário portanto que se faça uma proposta de descentralização da gestão, de reconhecimento do agente cultural local, através da sua participação nas discussão de ideias e decisões. O que não acontece no momento. Para isso há a necessidade de se fazer um planejamento de ações de articulação de reuniões que abordem temas de interesse regional, e que as mesmas sejam divulgadas de forma ampla.

O custo para essas ações é baixo, sendo em sua maior parte no material humano, de articulação de reuniões e propostas. O recurso financeiro seria baixo, para a contratação de uma empresa de comunicação para dar suporte na comunicação interna e externa da proposta.

8. Referências bibliográficas

- CHAUÍ, M. (2006). Cidadania Cultural: o Direito à Cultura. São Paulo: Perseu Abramo.
- CHAUÍ, M. (1995) Cultura política e política cultural. Estudos Avançados, vol.9 no.23:71-84.
- KINGDOM, J. (2007). Como chega a hora de uma ideia? IN Políticas Públicas – Coletânea Volume 1, E. SARAIVA e E. FERRAREZI (eds.), pp. 219-224. (Texto originalmente publicado em Agendas, alternatives, and public policies. 2a edição, 1995. London: Addison-Wesley Educational Publishers, pp.196-208).
- MILLER, T. (2011). “Cultural Citizenship.” Matrizes, 4(2): 57-74
- Nascimento, Sueli. (2010). “Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas” Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 95-120
- SÃO PAULO. (Município). Secretaria Municipal de Cultura. III Conferência Municipal de Cultura. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/propostas%20conferencia%20ok_1376410708.pdf Acesso em 10 de junho de 2016
- SÁ, Áurea Regina de. Gestão de Imagem. In: COSTA, Greiner. Avaliação Governamental e Opinião Pública. Campinas: Editora Atomo&Alínea, 2013. Cap. 7.
- STEVENSON, N., (2003). Cultural Citizenship: Cosmopolitan Questions. Berkshire: Open University Press.